



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



TÍTULO: NOTAS PARA O DEBATE ACERCA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

NATUREZA DO TRABALHO: Reflexão Teórica

EIXO IV: Movimentos sociais e serviço social

PROPONENTE: Renata de Oliveira Cardoso. Assistente Social docente na Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras. Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro em mestre em Serviço Social pela mesma Universidade.

TELEFONE: (21) 993705562

E-MAIL: reescreva@gmail.com



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

NOTAS PARA O DEBATE ACERCA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

Resumo: Pretende-se neste trabalho fomentar o debate acerca uma da organização político sindical dos assistentes sociais na atualidade, considerando as influências políticas e sindicais que incidiram na organização da categoria, em particular, aquelas conferidas pelo chamado novo *sindicalismo*. Todavia, tentaremos identificar os limites e entraves para a reorganização sindical no Serviço Social na atualidade, frente aos processos de reestruturação produtiva e crise do sindicalismo nacional.

Palavras-chave: novo sindicalismo; reorganização dos trabalhadores; Serviço Social; crise do sindicalismo.

Abstract: The aim of this work accomplish foster about discussion a union political organization of social workers today, considering the political and union influences that have influenced the category organization, in particular those conferred by so-called *new unionism*. However, we try to identify the limits and barriers to union reorganization in social work today, compared to productive restructuring and the national syndicalism crisis.

Keywords: new unionism; reorganization of workers; Social service; syndicalism crisis.

1. Introdução

O presente artigo pretende apresentar algumas notas para o debate sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais do Brasil na atualidade, compreendendo tais profissionais como trabalhadores assalariados, inseridos nas diversas áreas da divisão sociotécnica do trabalho. Este estudo, contempla parte de um trabalho anteriormente escrito e atualmente modificado, que tinha por objetivo identificar as consequências dos projetos de *contrarreforma* do Estado brasileiro para a organização dos trabalhadores, a partir da análise do então Projeto de Fundação Estatal de Direito Privado.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Foi durante essa construção que o interesse acerca da organização político-sindical dos assistentes sociais aflorou. Durante nossa pesquisa, percebemos que muitas foram as entidades envolvidas nos processos políticos – em particular, nos setores sindicais do funcionalismo público – que, ao fim, impediram a aprovação da Fundação Estatal. Todavia, não identificamos, nesses processos de luta, o engajamento da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), criada nos anos 2000 e que representa nosso objeto específico de análise nesse trabalho.

Essa postura ficou registrada em nossa memória e fomentou uma série de questionamentos sobre a Federação, em particular, os motivos que a levaram a não participar de uma das lutas mais importantes do conjunto dos trabalhadores à época.

Além disso, grande parte dos assistentes sociais está inserida no serviço público de assistência à saúde; então, por que não defender os espaços de afirmação dos direitos dos demais trabalhadores e a manutenção do emprego de uma parcela significativa da categoria? Estas foram algumas das indagações que nos levaram a questionar se a postura da FENAS contribui ou não para as limitações e os entraves apresentados à organização dos assistentes sociais na atualidade.

Para responder tais questões, utilizaremos a metodologia de tradição histórico-dialética, que exige de nós a aproximação do objeto estudado a partir de uma perspectiva de totalidade da realidade social. Nesse sentido, estudar a organização político-sindical contemporânea não seria possível sem compreender as motivações que levaram os trabalhadores a se organizar.

2. Organização Sindical e Serviço Social

A origem da organização sindical dos trabalhadores no mundo esteve relacionada com o processo de desenvolvimento do capitalismo, iniciado durante a chamada *Revolução Industrial*, no século XVIII. Contudo, no período que antecedeu a Revolução Industrial, conhecido como feudalismo, o desenvolvimento dos meios de produção/troca e as relações societárias feudais não eram compatíveis com as forças produtivas já existentes. Estas tinham que ser destruídas.

A Revolução Industrial finalizou a transição do feudalismo para o capitalismo, pois encerrou a fase de acumulação primitiva de capitais e de predominância do mercado sobre a produção. Ela foi parte de um processo histórico, social e econômico pelo qual passava a



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Europa e, dela, emergiram as primeiras formas de organização sindical dos trabalhadores. Isto porque, durante esse processo, instauraram-se a intensificação da exploração da força de trabalho dentro das fábricas e a consolidação de uma nova classe social assalariada, reconfigurando a polarização da luta de classes.

A diferenciação dos interesses entre trabalhadores e capitalistas era cada vez mais conflitante, e as condições de vida da classe trabalhadora tornavam-se insuportáveis. De um lado, os capitalistas buscavam o aumento constante dos lucros com a intensificação da exploração e, de outro, os trabalhadores estavam submetidos a condições de penúria do labor. Foi da necessidade de barrar a exploração capitalista que os trabalhadores viram-se obrigados a se organizar e defender suas próprias vidas.

A organização daqueles que vivem da venda da força de trabalho, ou seja, trabalhadores assalariados, se expressou, em especial, nas organizações sindicais das sociedades ocidentais. Apesar disso, nos demais países alcançados pelo desenvolvimento capitalista – e considerando as diversas particularidades de cada nação –, o processo de organização dos trabalhadores apresentou similaridades com o ocorrido na Europa, pois esteve relacionado aos conflitos entre o desenvolvimento do capital e as necessidades da classe trabalhadora.

No Brasil, o fim da escravidão, em finais do século XIX, representou a necessidade da expansão do capitalismo e de sua política de “liberdade de mercado”, que se processou aprofundando as desigualdades na antiga sociedade escravocrata. No começo do século XX, a política de incentivo à imigração estava diretamente relacionada ao desenvolvimento industrial. Os imigrantes europeus traziam consigo as experiências anarquistas e socialistas de organização e, diante dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho e de vida a que estavam submetidos, viram-se obrigados a incentivar e construir – junto com os demais trabalhadores – os primeiros sindicatos no Brasil.

Foi durante a década de 1930 que se consolidaram as bases do sindicalismo brasileiro. Eram crescentes as mobilizações sociais, resultantes das altas taxas de exploração, dos baixos salários e do aumento dos preços dos alimentos – reflexos da crise capitalista mundial e da quebra da Bolsa de Nova York.

A estratégia utilizada para frear a ascensão dos movimentos sociais foi não somente a coerção, mas também um conjunto de medidas legais que conformaram, entre outros aspectos, um sindicalismo brasileiro atrelado ao Estado, com pouca autonomia e liberdade sindical.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Para garantir o desenvolvimento econômico capitalista das décadas seguintes, as organizações sindicais estiveram sujeitas às determinações do patronato e do governo. Entretanto, a classe trabalhadora não assistiu passivamente aos resultados da política capitalista, representados, também, na superexploração do trabalho. Então, podemos dizer que o início da década de 1960 foi repleto de movimentações sociais, resultantes das lutas dos os trabalhadores que se mostraram descontentes com as configurações da sociedade brasileira.

Para conter o avanço da luta social e garantir os interesses expansionistas do capital, foi efetuado no Brasil o Golpe Militar de 1964. A Ditadura Militar foi uma estratégia e um pacto entre a burguesia nacional e a internacional, realizados para o desenvolvimento capitalista fosse possível e para tanto a classe dominante não hesitou em utilizar práticas de aniquilação dos seus oponentes trabalhadores.

Durante a década de 1970, o Brasil se viu afundado em uma grande crise econômica. A inflação era muito alta, bem como a dívida externa e a dívida pública era maior do que a arrecadação do Estado. Assim, o modelo econômico desenvolvimentista revela suas fragilidades, e os trabalhadores logo mostram seu descontentamento.

A derrota do modelo desenvolvimentista – garantido pela força do Estado Ditatorial – só foi possível porque houve um enorme crescimento dos movimentos sociais, que reivindicavam, entre outras coisas, o fim da Ditadura e a redemocratização do país.

A esse contexto seguiu-se um período de “abertura política” que propiciou a criação de novas entidades de organização da classe trabalhadora sob a égide do chamado *novo sindicalismo*. O novo sindicalismo foi uma forma de conceber a organização sindical dos trabalhadores que revelou as necessidades de uma estrutura sindical combativa, classista e de caráter autônomo para enfrentar o capital.

Duas das maiores expressões dessa nova forma de conceber a organização sindical foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), ambos criados durante a década de 1980.

A perspectiva do novo sindicalismo influenciou a organização político-sindical de diversas categorias, incluindo a dos assistentes sociais. Para a categoria, esse foi um período de aproximação com as teorias marxistas, de maturidade intelectual e de



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

envolvimento com a luta do conjunto dos trabalhadores. Existiam diversas iniciativas de repensar a atuação profissional e sua funcionalidade social¹.

No que concerne à organização político-sindical dos assistentes sociais, o debate sobre uma nova estrutura sindical expressou-se nas deliberações que incentivaram a construção de sindicatos por ramo de atividade econômica, e não mais por meio de suas entidades corporativas, uma vez que havia o consenso acerca da necessidade de articular as lutas dos assistentes sociais, com a dos demais trabalhadores.

Todavia, o final da década de 1990 assistiu ao início do refluxo dos movimentos sociais e dos instrumentos de organização da classe trabalhadora, instaurando-se a crise do sindicalismo cutista.

A premissa assumida neste estudo considera a referida década como o período de implementação do neoliberalismo no Brasil. Sua política esteve baseada na mundialização do capital e, por esta, foi incentivada, assim como pela reestruturação produtiva e pelas *contrarreformas*² do Estado.

Destacamos que, nesse processo, as entidades nacionais dos trabalhadores, em especial aquelas que tinham grande adesão popular, como a CUT e o PT, passaram por um momento de adequação às políticas neoliberais. Se antes existiam propostas de ruptura com o Estado, entre os anos 1990 e 2000, essas entidades passam a compactuar com os interesses do capital a partir da defesa de um sindicalismo propositivo e não mais combativo – o que se aprofunda com a crescente representação parlamentar do PT e a chegada de Lula à Presidência da República, em 2003.

No Serviço Social, o refluxo dos movimentos sociais e a crise do sindicalismo cutista expressaram-se no fortalecimento da representação dos Conselhos Normativos, paralelamente ao processo de reabertura dos sindicatos corporativistas da categoria – fomentados particularmente pela FENAS.

3. Notas para o debate

¹ Os estudos, de matizes marxista, acerca da Reconceituação do Serviço Social na América Latina ratificam esta afirmação.

² A premissa aqui assumida é a de que as *contrarreformas* são alterações, no âmbito do Estado e das políticas sociais, que prezam pela lucratividade do capital via desmonte dos direitos assegurados na Constituição de 1988.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Esta breve exposição evidencia que a organização dos trabalhadores no Brasil esteve relacionada ao desenvolvimento do capitalismo no país que expressou diversas especificidades com relação ao dos países de capitalismo central. Além disso, ela demonstra, igualmente, que as iniciativas de confronto entre trabalhadores e capitalistas foram apaziguadas com estratégias que oscilaram entre a coerção e as medidas legalistas.

No Brasil, a organização sindical sempre esteve intimamente atrelada ao Estado, e foi durante a década de 1930 que se consolidou um modelo de estrutura sindical que minimizava os conflitos resultantes das expressões da “questão social” por meio da via institucional estatal. Nesse contexto, consagraram-se as bases para um sindicalismo de Estado, que busca a conciliação dos conflitos entre os trabalhadores e o capitalismo e que seguiu ao longo das décadas posteriores, perdurando até os dias de hoje.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil experimentou um processo de amplo desenvolvimento econômico, marcado, entre outros aspectos, pela superacumulação de capitais e pela financeirização de riquezas. Tal processo desencadeou o aumento da exploração dos trabalhadores, consequência necessária ao desenvolvimento do capital, mas que não se deu de forma pacífica e já no início da década de 1960, fazia-se presente a intensa mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo, que reivindicavam, entre outras coisas, uma melhor qualidade de vida e as chamadas *reformas de base*.

Essa plataforma ameaçava o regime de desenvolvimento capitalista e a forma como a dominação burguesa apresentava-se ao longo dos tempos, consolidando-se na exclusão do povo dos espaços decisórios. Ou a burguesia aceitava negociar com as forças democráticas ou reafirmava sua dominação por meio da violência. Não nos restam dúvidas de que a segunda opção foi a escolhida pela burguesia, e, a partir do Golpe Militar de 1964, instaura-se a Ditadura Militar no Brasil.

A superexploração da classe trabalhadora e o arrocho salarial eram garantidos também pela retaliação dos sindicatos, promovida pelo Estado, aumentando consideravelmente os lucros das empresas privadas.

Embora o Estado Ditatorial tenha se utilizado de métodos repressivos para sobreviver – incluso a retaliação dos sindicatos, que aumentou consideravelmente os lucros das empresas privadas – ele foi derrotado, majoritariamente, pela organização dos trabalhadores. O fim da Ditadura foi expressão não só do processo de “abertura política”, mas também da nova fase da organização dos trabalhadores no Brasil, que teve como principal protagonista político o movimento operário.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

O Brasil vivia um momento de grandes mobilizações sindicais e lutas populares, nas quais houve a participação de diversos setores da sociedade – entre eles, estudantes e camponeses. Esses setores lutavam pela redemocratização do país, por melhores condições de vida para a classe trabalhadora e por uma nova forma de conceber a política e a estrutura sindical vigente. Era necessário, às lutas em curso, a consolidação de entidades representativas independentes do governo e de espaços classistas que orientassem suas ações em defesa dos trabalhadores, de maneira tal que melhor se confrontasse com o desenvolvimento capitalista da época. Essa nova expressão do movimento social e sindical no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980 foi chamada de *novo sindicalismo*.

O novo sindicalismo foi determinante para a organização dos trabalhadores no Brasil durante a década de 1980 e repercutiu³, também, nas entidades políticas e sindicais dos assistentes sociais. Essa nova forma de concepção de sindicato trouxe, para o Serviço Social, entre outros aspectos, a discussão sobre a necessidade de reestruturação dos espaços de organização e isso fez com que a categoria optasse pela construção de sindicatos por ramo de atividade econômica e apontasse o indicativo de fechamento dos seus sindicatos corporativos.

Houve então uma deliberação coletiva de giro da categoria para os ramos econômicos, que nos cabe sinalizar sua inconclusão, posto que o sindicalismo no Brasil, ao longo da década de 1990, com a consolidação do neoliberalismo, entrou em crise.

A partir desse contexto, isto é, de crise do sindicalismo brasileiro pós-década de 1990, é importante destacar o processo de institucionalização da CUT, central com maior expressão popular e sindical durante a ascensão do novo sindicalismo. Durante a referida década, por meio do desenvolvimento e aprofundamento da sua relação com o Estado brasileiro, a CUT passou a adotar outra postura. Forjado sob os argumentos da solidariedade, da cidadania e da construção da contra-hegemonia no seio da sociedade civil, o sindicalismo cutista atrelou-se ainda mais ao governo.

Essa mudança de postura foi a continuidade da perspectiva liberal pois, desde a criação da Central, esta defendia uma plataforma de cunho *social-democrata*. Suas ações e propostas sindicais começaram a se limitar às fronteiras aceitáveis do capital, e,

³ Aqui, reafirmamos o pressuposto de que as análises da trajetória da organização político-sindical da categoria devem considerar o contexto sócio histórico em que esteve inserida a profissão.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

paulatinamente, seu aspecto opositor cedeu lugar às suas estruturas social-democratas, favorecendo um sindicalismo cada vez mais conciliador.

A crise do sindicalismo brasileiro aprofundou-se ao longo dos anos 2000, e, após a posse de Lula, o processo de institucionalização da CUT se acelerou, o que concedeu mais liberdade ao governo do PT para dar continuidade à política neoliberal no país.

O atual governo Dilma segue a política de favorecimento do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores, e a postura dos setores cutistas não se diferencia daquela impressa durante a política de Lula.

Na atualidade, passamos por um período de mundialização do capital, no qual estratégias econômicas, políticas e sociais por parte do Estado contribuem para a atomização do trabalhador e o enfraquecimento da luta conjunta. Se, por um lado, o capitalismo torna-se cada vez mais orgânico, por outro, os trabalhadores, a partir da reestruturação produtiva, ficam cada vez mais isolados, dispersos e pulverizados.

Diante dessa conjuntura, acreditamos que o confronto entre capital e trabalho só será possível em face de um projeto de unificação dos trabalhadores. Nesse sentido, parece-nos que os sindicatos, desde que mantenham uma direção classista e combativa, permanecem sendo um espaço muito importante de organização e de contraponto ao capital. Desse modo, os sindicatos por ramo podem ainda ser uma proposta essencial, cuja materialização contribuiria para a unificação dos trabalhadores brasileiros, numa perspectiva de enfrentamento e superação do capital.

Embora os sindicatos por ramo não nos pareçam ser um princípio político, tampouco uma prerrogativa imutável, na atual conjuntura de fragilidade do movimento – em virtude das novas configurações do capitalismo –, torna-se urgente o fomento de entidades organizativas da classe trabalhadora que proponham a unificação dos seus diversos setores – divididos pelo próprio capital.

A partir dessa caracterização, destacamos, primeiramente, que a criação da FENAS representou uma ruptura com a estratégia de construção dos sindicatos por ramo. O processo de criação da Federação foi uma iniciativa forjada sob o discurso de que a organização sindical dos assistentes sociais ficou dispersa durante o processo de transição inconclusa.

Todavia, diferente do ocorrido durante a década de 1980, quando a categoria decidiu, coletivamente, os novos rumos da organização político-sindical da profissão, a



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



criação⁴ da FENAS, em 2000, não foi referendada pelo conjunto da categoria⁵, nem mesmo pela sua vanguarda ativista, posto que esta estava inserida no conjunto CFESS-CRESS⁶.

Em segundo lugar, o processo pouco democrático de criação da Federação levou-nos a questionar o seu grau de legitimidade para o Serviço Social, considerando que a trajetória da entidade, por sua vez, revela à triste análise de que ela não se propõe a conquistar verdadeiros espaços de representação e luta dos assistentes sociais, tampouco se mostra disposta a organizar a categoria em unidade com os demais trabalhadores.

A Federação foi criada por uma protoforma de burocratização, e, hoje, existem poucos – para não dizer nulos – espaços reais de disputa da entidade, para que ela represente o interesse da categoria. As assembleias, quando acontecem, são pouco divulgadas, e, durante muitas gestões, não houve mudança na representação e nos quadros da direção.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, salientamos que os assistentes sociais não se referenciam nas atividades sindicais da FENAS, que, mínimas, representam um verdadeiro ataque ao conjunto dos trabalhadores.

O maior exemplo desta afirmação se expressa na luta pela aprovação da Lei das 30 Horas⁷ para os assistentes sociais. A categoria acompanhou e participou das movimentações por meio do conjunto CFESS-CRESS, já que a FENAS posicionou-se contrária à redução da jornada de trabalho⁸, embora esta seja uma bandeira histórica dos

⁴ A FENAS foi criada durante a *I Assembleia Sindical Pró-federação dos Assistentes Sociais* (2000), com a presença de cinco sindicatos de assistentes sociais (Alagoas, Ceará, Pelotas (RS), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ)).

⁵ Durante o ato de criação da FENAS estiveram presentes apenas, aproximadamente, cinquenta e cinco participantes – entre eles, profissionais, entidades políticas e representantes de instituições. Participaram da celebração (sem acrescentar ao quantitativo aludido) a CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) e o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro. Além dessas, a *I Assembleia* contou com a participação de lideranças partidárias e do Conselho de Saúde do Rio de Janeiro (ALVARENGA; DALLARUVERA, 2007).

⁶ Composto pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais do Serviço Social (CRESS)

⁷ A Lei nº 12.317/2010 trata da carga horária de trabalho do assistente social, que deve ser de trinta (30) horas semanais, sem redução salarial.

⁸ Para maiores informações consultar duas publicações do CFESS que discorrem acerca da traição da FENAS no que tange à conquista das trinta horas para os assistentes sociais. O editorial intitulado “CNI e FENAS são contra PLC 30 horas” expõe que a postura da FENAS atrasou a aprovação do PLC e quase o retirou da pauta de votação. O outro, cujo título é “CFESS defende aprovação imediata do PLC 30h”, relata a reunião com a então senadora Lúcia Vânia, em seu gabinete, no dia 16 de abril de 2009. Essa reunião contou com a presença da FENAS e do CFESS, “representado



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



trabalhadores brasileiros. Mostrar-se contrária à redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais significou, em última instância, trair parte da história de luta de todos os trabalhadores do país.

Se, nesse episódio, a FENAS colocou-se, prontamente, ao lado do interesse do capital, sua omissão em face das questões sindicais em curso também remonta às posturas que contribuíram e ainda contribuem para o triunfo do capital sob o aumento da exploração dos trabalhadores.

Hoje, apesar de todo ascenso das mobilizações sociais iniciadas, especialmente, depois das Jornadas de Junho de 2013, muito se discute sobre conjuntura, crise econômica, transformações no mundo do trabalho e novas formas de construir as lutas sociais. Ainda que essas pautas nos pareçam significativas e tenham impacto direto nos processos de trabalho onde assistente social se insere, a Federação, por sua vez, segue com um posicionamento pouco combativo, reafirmando assim os pressupostos de um sindicalismo conciliador e não transformador da ordem.

4. Conclusões

A partir do que foi exposto, concluímos que a FENAS constitui-se como uma entidade de caráter governista, criada e conservada sob os parâmetros do sindicalismo cutista, que, conforme destacamos, teve uma mudança processual de postura, tornando-se, na atualidade, um entrave para a emancipação dos trabalhadores.

Nesse sentido, assim como os processos de burocratização da CUT e de aliança com o governo trouxeram como consequência a construção de alternativas democráticas de luta – que hoje encampam as reivindicações cotidianas dos trabalhadores –, no Serviço Social, o caminho traçado deve ser o de avançar na luta e na organização sindical classista, através da construção de uma alternativa à burocracia e ao governismo da FENAS. Este nos parece ser um dos maiores desafios aos os assistentes sociais na atualidade.

Por isso, pontuamos que a construção de um espaço de unidade entre a categoria e os demais trabalhadores, que compactue com o Projeto ético Político e seus princípios de liberdade e emancipação humana, pode significar a superação do processo de transição inconclusa e a retomada da organização político-sindical dos assistentes sociais.

pelas conselheiras Ivanete Boschetti e Silvana Mara de Moraes dos Santos e pela assessora especial Cristina Abreu, para ouvir os argumentos favoráveis e contrários ao PLC 152/2008”.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Por fim, as indicações iniciais deste trabalho nos levam a acreditar que existe, hoje, para o Serviço Social, a necessidade de superação da forma de organização sindical proposta pela FENAS. Contudo, enfrentar essa polêmica reafirma a urgência de uma iniciativa de unificação dos trabalhadores na luta contra o capital.

Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, M. B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.30, n.97, p. 85-108, jan./mar. 2009.

_____. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**: trajetória e processos de luta de uma categoria – 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ALVARENGA, M. P.; DALLARUVERA, M. A. Por que Fenas? A história contada por seus protagonistas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 92, p. 187-200, nov. 2007.

ANTUNES, Ricardo (Org.) **Neoliberalismo, trabalho sindicato**: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2002.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOITO JR., A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 80-106, 1996.

COIMBRA, A. L. de S. A Central Única dos Trabalhadores e o sindicalismo cidadão: o que se tem perdido? Seminário do Trabalho, 6 (Trabalho, Economia e Educação no Século XXI). 2008. Marília (SP). **Anais [online]**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/analiviacoimbra.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRANEMANN, Sara. **Fundações Estatais: projeto de Estado do capital**. In: BRAVO *et al.* (orgs.) **Política de Saúde na Atual Conjuntura: modelo de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007 (Coletânea).

HORTA, D. S. da. **A trajetória histórica da organização político-sindical dos assistentes sociais no estado do Rio de Janeiro**. 2009. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Social)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2009.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MATTOS, M. B. de. A CUT hoje e os problemas de adesão à ordem. **Outubro**, São Paulo, n. 9, p. 62-63, 2003.

_____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MOISÉS, J. A. A estratégia do novo sindicalismo. **Revista de Cultura e Política**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 59-79, abr./set. 1981.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **30 Anos do Congresso da Virada**, Brasília, p. 15-42, 2009.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.